

CRESCIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DE RIO DO SUL E O REFLEXO NAS QUESTÕES SOCIAIS

**Adriana da Silva Diel¹, Leandro Schmitk¹, Marcos Roberto Cardoso², Marilei Kroetz³,
Ivoneti da Silva Ramos³, Regiane Krause¹**

¹Bolsistas pesquisadoras do PGP/PROPEX/UNIDAVI, Grupo de Pesquisas Socioeconômicas – Gpcon/UNIDAVI.

²Professor integrante, pesquisador PGP/PROPEX/UNIDAVI, Grupo de Pesquisas Socioeconômicas – Gpcon/UNIDAVI.

³Professora coordenadora e pesquisadora PGP/PROPEX/UNIDAVI, Grupo de Pesquisas Socioeconômicas – Gpcon/UNIDAVI.

Resumo

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o desempenho econômico dos municípios que compõem a região da SDR de Rio do Sul e seus impactos sobre algumas questões sociais. Para alcançar tal meta, o estudo esteve sob a luz das teorias contemporâneas de crescimento e desenvolvimento econômico. Partindo da premissa de que o crescimento econômico constitui um processo por meio do qual a renda per *capita* de uma determinada sociedade se eleva persistentemente, ocasionando mudanças estruturais quantitativas e qualitativas que, em última instância, podem ser traduzidas como desenvolvimento econômico, foram realizados comparativos entre os indicadores de desempenho econômico, como PIB e valor adicionado setorial e os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) para os anos de 1991 e 2000. Os resultados apurados revelaram que a região apresentou crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida da população, especialmente no que tange aos quesitos longevidade e educação. Entretanto, este resultado não foi homogêneo. Metade dos municípios da amostra permaneceu, em 2000, no mesmo patamar de desenvolvimento humano detectado em 1991. Outra metade elevou seu grau para alto desenvolvimento humano, porém, baseados em subsídios fracos para a continuidade do processo.

Palavras-chave: crescimento econômico, indicadores de desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico.

Abstract

This research had for objective to analyze the economic performance of the cities that compose the region of the SDR of Rio do Sul and its impacts on some social matters. To reach such goal, the study she was under the light of the theories contemporaries of growth and economic development. Leaving of the premise of that the economic growth constitutes a process by means of which the per capita income of one determined society if it raises persistently, causing quantitative and qualitative structural changes that, last instance, can be translated as economic development, had been carried through comparative between the pointers of economic performance, as the GIP and added value sectorial and the pointers of human development (IDH) for the years of 1991 and 2000. The refined results had disclosed that the region presented folloied economic growth of improvements in the quality of life of the population, especially in what refers to the questions longevity and education. However, this result was not homogeneous. Half of the cities of the sample remained, in 2000, in the same platform of detected human

development in 1991. Another half raised its degree for high human development, however, based in weak subsidies for the continuity of the process.

Key words: economic growth, pointers of human development, economic development.

1 Introdução

O crescimento econômico de uma região pode ser visto claramente pelo desempenho de suas contas regionais agregadas, isto é, através do cálculo do produto que a economia da região foi capaz de gerar em determinado período. Porém, fundamentalmente baseado em quantidades, o relatório de crescimento econômico não permite uma análise qualitativa do desempenho da economia em prol do desenvolvimento econômico sustentável, refletido em desenvolvimento social.

Após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico passou-se a considerar que este por si só não é suficiente. Atualmente, a preocupação gira em torno de como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o tão almejado desenvolvimento humano.

De acordo com Oliveira (2002), o crescimento econômico não faz sentido se não conseguir promover o desenvolvimento humano (social), entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região. Dessa forma, para atingir o desenvolvimento pleno e sustentável, é preciso reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade.

O paradigma do desenvolvimento humano sustentável tem o crescimento econômico como o meio e o ser humano como o fim. A riqueza econômica não necessariamente expande as escolhas das pessoas, mas o uso que se faz da riqueza é decisivo, assim como a forma pela qual essa riqueza é criada. Assim, é preciso garantir as possibilidades e as oportunidades da geração presente, considerando a das gerações futuras. Isto significa tornar o desenvolvimento humano equânime e sustentável (IPEA, 1998).

Sabendo-se que a economia da região da SDR de Rio do Sul apresentou transformações significativas ao longo das últimas décadas, é importante averiguar os aspectos relacionados a esse processo de crescimento econômico regional. Apresenta-se a necessidade de analisar se o incremento econômico possibilitou o tão buscado desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, torna-se fundamental confrontar o crescimento e o desenvolvimento econômico em todos os municípios da região e avaliar os reflexos nas questões sociais. Para atingir esse objetivo, faz-se uma revisão da literatura sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico e sobre desenvolvimento humano. Logo após, são qualificados os indicadores que foram avaliados no estudo. Após essa qualificação, apresentam-se os dados do estudo e suas análises. Por fim, apresenta-se as conclusões da pesquisa.

2 Metodologia

A pesquisa em questão foi realizada por um grupo composto por 3 (três) docentes e 3 (três) discentes (bolsistas), que levantou informações que permitiram em primeira instância realizar uma abordagem geral sobre os aspectos econômicos e sociais dos municípios que compõem a região de Rio do Sul. Na segunda etapa, após breve caracterização, foi realizado um levantamento de dados socioeconômicos para auxiliar a ilustrar e explicar os cenários detectados.

É importante destacar que por região de Rio do Sul entendem-se os municípios que compõem a Secretaria Regional de Desenvolvimento (SDR) de Rio do Sul, conforme quadro 01, abaixo. A divisão político-administrativa realizada pelo Governo do Estado em 2003, sofreu alterações no decorrer de 2007, sendo que alguns municípios que fazem parte do rol da pesquisa já não integram mais o espaço geográfico delimitado inicialmente. No entanto, como este trabalho trata-se de uma continuidade de pesquisa anterior, para não haver prejuízos aos resultados, decidiu-se manter o mesmo universo de cidades abordadas desde o princípio.

Quadro 1. Municípios que compõem a SDR de Rio do Sul.

MUNICÍPIOS DA SDR DE RIO DO SUL	
Agronômica	Rio do Oeste
Braço do Trombudo	Rio do Sul
Laurentino	Salete
Mirim Doce	Santa Terezinha
Pouso Redondo	Taió
Rio do Campo	Trombudo Central

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, 2006.

Esclarecida esta questão, prossegue-se tratando dos métodos da pesquisa. Neste estudo, privilegiou-se tanto os métodos qualitativos quanto os quantitativos de levantamento e tratamento das informações. Nesse sentido, a abordagem quantitativa objetivou traçar um painel do desempenho econômico na região de Rio do Sul, como pano de fundo para entender o desenvolvimento sócio-econômico da região. Inicialmente, pretendia-se que a pesquisa fosse do tipo teórico-empírica, complementando-se os estudos teóricos com a pesquisa de campo, porém, em função do tempo e da extensão da pesquisa, esta limitou-se ao estudo teórico. Também pode ser classificada como exploratório-descritiva, iniciando-se com um estudo exploratório o qual permite explorar a temática sob nova perspectiva, fornecendo elementos para a formulação de hipóteses e encaminhamento de futuros estudos confirmatórios (DE BRUYNE; HERMAN e SCHOUTHEETE, 1977).

Na etapa exploratória caracterizou-se o quadro socioeconômico da região, através do levantamento dos dados referentes ao PIB – Produto Interno Bruto -, valor adicionado setorial, dados populacionais, PIB *per capita*, e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, em fontes secundárias, entre as quais: IPEADATA, IBGE, Atlas de

Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e Secretarias de Estado de Santa Catarina.

Com o panorama socioeconômico elaborado na etapa exploratória e com a elaboração da etapa descritiva, procurou-se atender aos objetivos específicos norteadores desse projeto, tratando os dados qualitativos. Quanto aos dados qualitativos utilizou-se a análise de conteúdo sugeridas por Triviños (1987):

- a) pré-análise ou organização do material;
- b) descrição analítica;
- c) interpretação referencial, que inclui o cotejo com o referencial teórico da pesquisa.

A pesquisa do tipo teórica foi organizada através de levantamento de dados secundários, com consultas a bases de dados e obras que tratem o assunto. A pesquisa contou com o apoio de dados obtidos através de consultas a internet, livros, jornais, revistas textos para discussão, estendendo-se a outros veículos de comunicação que explorem o assunto. A pesquisa exploratório-descritiva inclui um estudo que permite explorar a temática de forma a conduzir a formulação de novas hipóteses e encaminhamento de futuros estudos comprobatórios.

Assim, quanto aos métodos em si, foram aplicados: leituras referentes à revisão bibliográfica, levantamento dos dados secundários através de: livros, jornais, revista, textos para discussão, internet, base de dados nas secretarias de Estado: da Educação, da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, base de dados do IBGE, do PNUD, IPEADATA, entre outros; Análise do material obtido durante as pesquisas; E, por fim, a correlação dos fatos dentro da esfera das informações obtidas, visando concluir a investigação. A devida reunião dos dados efetivará a formulação de relatório conclusivo da pesquisa. Enfim, com essa perspectiva metodológica, partiu-se para a exploração do tema.

3 Crescimento e desenvolvimento econômico: abordagem teórica

O debate em torno dos conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico é bastante rico no meio acadêmico. Conforme Souza (1995, p. 16), “Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento.” Para uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, o crescimento é considerado como um sinônimo de desenvolvimento. Já para uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente.

Neste contexto, segundo Pinho e Vasconcellos (2003), o crescimento econômico implica na elevação contínua do produto nacional em termos globais ou *per capita* ao longo do tempo, ou seja, indica a eficiência do sistema produtivo. Esse crescimento contínuo ocasiona mudanças estruturais quantitativas e qualitativas para a população, tais como, redução da taxa de natalidade e mortalidade, que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transporte, de comunicação e culturais e maior integração com economias mundiais. As mudanças qualitativas remetem ao conceito de desenvolvimento econômico.

De acordo com Oliveira (2002, p.32), “O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de

vida”. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores econômicos, devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social.

Para Sandroni (2002), desenvolvimento econômico significa crescimento econômico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende, ainda, das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Souza (1995), diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Desta maneira, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social. Segundo Oliveira (2002, p.40): “Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano [...]”.

Na década de 90, o conceito de desenvolvimento econômico foi ampliado em virtude da preocupação em torno das questões ambientais, passando a ser tratado como desenvolvimento sustentável. Esse novo paradigma articula as questões do meio ambiente com os problemas sociais e econômicos, induzindo a uma nova abordagem do progresso tecnológico. Nesta nova visão a idéia de desenvolvimento está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (WCED, 1987).

Enfim, o conceito de desenvolvimento entendido a partir da discussão acima está relacionado ao nível de crescimento econômico, aliado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população, bem como às condições ambientais do país. Este conceito amplo de desenvolvimento está pautado em um elemento maior: o desenvolvimento humano.

Conforme a Organização das Nações Unidas, através do PNUD:

“O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população” (PNUD, 1996, p.01).

Partindo deste princípio, segundo Feijó (2001), desde a década de 1990, autoridades reconhecem que é necessário a produção de informações que possibilitem medir o desempenho dos países e regiões com respeito às condições econômicas, sociais e ambientais ao longo do tempo. O reconhecimento dessa necessidade resultou na iniciativa das Nações Unidas (através do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em produzir relatórios sobre o desenvolvimento humano, cuja estatística chave é o IDH.

De acordo com Paulani e Braga (2000), o PNUD calcula o IDH desde o início dos anos de 1990 e atualmente estima para mais de 70 países, sendo que o cálculo agrega em sua metodologia três níveis:

- I. Indicador de renda: que é renda *per capita* (considera o poder de compra entre os países);
- II. Indicador das condições de saúde (índice de longevidade); e,
- III. Indicador de condições de educação (média ponderada das taxas de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior).

A avaliação destes indicadores é feita de maneira a considerar a privação das regiões em relação a cada uma das variáveis estudadas. A escala de limite das variáveis transita entre zero e um. Assim, após o cálculo efetuado, a região é classificada dentro dos seguintes índices:

- Menor que 0,500 – baixo desenvolvimento humano.
- Entre 0,500 e 0,800 – médio desenvolvimento humano.
- Acima de 0,800 – alto desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar ainda que dentre os índices de qualidade de vida, os mais relevantes são: taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer ou expectativa de vida.

A partir dessa qualificação, é possível fazer-se a análise dos indicadores de desenvolvimento econômico e social da região de Rio do Sul, e detectar se o crescimento econômico refletiu-se em desenvolvimento ao longo do período analisado (1991-2000).

4 Os Indicadores de desenvolvimento socioeconômico

Segundo o relatório divulgado pelo PNUD (1996, p.11), “o processo de desenvolvimento humano, por sua natureza ampla e suas múltiplas dimensões, é de difícil mensuração”. Por esta razão, suas características e trajetórias são mais adequadamente captadas através de um conjunto vasto de indicadores estatísticos que focalizam as diversas dimensões desse processo e as novas oportunidades a que dá origem.

O grau de desenvolvimento econômico e social pode ser medido através de indicadores como o tamanho do PNB ou do PIB em termos totais ou *per capita*, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo nível de degradação ambiental, dentre outros. A relação existente entre esses indicadores auxilia significativamente na análise das características de sociedades com maior ou menor grau de desenvolvimento.

Quando se trata de crescimento econômico um dos indicadores utilizados é o tamanho da taxa de crescimento do PIB ou do PNB em termos agregados ou *per capita*. A diferença entre o PIB e o PNB é que o primeiro corresponde ao somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes no país. Já o segundo corresponde ao valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais que pertencem a residentes no país (VASCONCELLOS E GARCIA, 2004, p. 108-109).

A medida do PIB ou do PNB *per capita* é adotada como mecanismo para verificação da distribuição do produto agregado produzido pelo país entre sua população, ou seja, serve de indicativo da distribuição da renda no país. No entanto, segundo o PNUD (1996), utilizar somente o critério da distribuição do produto *per capita* não retrata a condição de desenvolvimento ou não de uma nação, pois este indicador não capta o bem-estar da população e não informa precisamente como o produto está sendo distribuído.

Uma segunda forma de se analisar a distribuição da renda nacional é através do cálculo do Coeficiente de Gini. Este coeficiente permite verificar o grau de concentração da renda, da propriedade fundiária ou da produção. O índice de Gini varia entre zero e um, quando a concentração da renda em uma economia é muito pequena, este indicador aproxima-se de zero. Se o índice estiver próximo de um, a concentração na distribuição do produto é maior. Assim, o uso deste indicador possibilita detectar de forma geral as distorções na distribuição da renda nacional.

Para a verificação do grau de desenvolvimento existem ainda outras formas de análise, entre as quais podemos citar: o modo como vive a sua população, sua taxa de crescimento, sua distribuição entre a área urbana e rural e a quantidade de pessoas aptas ao mercado de trabalho. A avaliação de como essas variáveis se comportam ao longo do tempo dão indícios do comportamento da economia em estudo.

Os indicadores acima qualificados servem de parâmetro para a medida do crescimento econômico, no entanto, conforme já mencionado, não refletem completamente as condições de melhoria ou piora na qualidade de vida da população. Pensando nesta condição, o PNUD propôs em 1990 a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O cálculo do IDH tem como ponto de partida a concepção básica que, embora o desenvolvimento humano seja um processo pelo qual se ampliam as oportunidades do ser humano, três condições essenciais estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento: desfrutar de vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (PNUD, 1996).

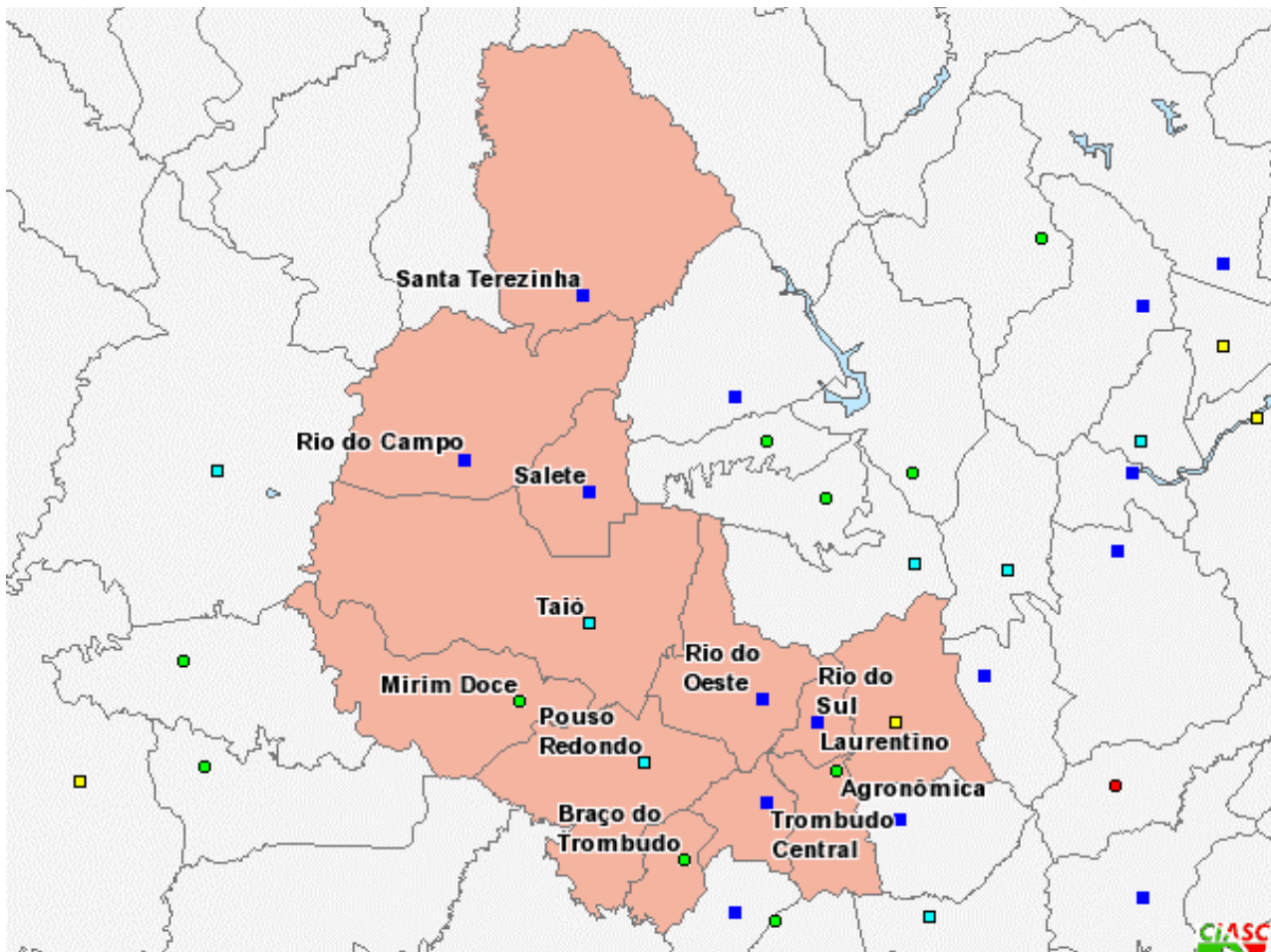
Desta maneira, a divulgação do grau de desenvolvimento humano dos municípios é feita através do IDH-M (IDH – Municipal), que é composto por três subindicadores, sejam os quais:

- IDH – Educação – mede o nível de instrução da população levando em conta variáveis como a taxa de analfabetismo e os anos de escolaridade;
- IDH – Renda – mede o nível de renda da população considerando a capacidade de compra em cada país, ou seja, a renda *per capita*;
- IDH – Longevidade – mede o nível de saúde através da expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil, entre outros.

Para a avaliação do desenvolvimento humano existem outros indicadores que aqui não foram apresentados, pois o presente estudo concentra-se na análise dos principais indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, para caracterização do desenvolvimento dos municípios utilizam-se os indicadores relativos aos aspectos gerais da população, ao crescimento do produto e suas variações em termos totais e *per capita*, e em nível de concentração de renda, através do índice de Gini. As contribuições para melhorias na qualidade de vida da população serão medidas através dos indicadores de desenvolvimento humano.

5 Aspectos do crescimento econômico e seus reflexos sobre as questões sociais

Antes de se iniciar a análise dos indicadores econômicos e sociais dos municípios, é importante apresentar algumas características gerais do espaço que compõe a SDR de Rio do Sul. Em primeiro lugar, apresenta-se o mapa da divisão político-administrativa estabelecida em 2003 como SDR de Rio Sul, a qual é composta pelos municípios ilustrados na Figura 1.



Fonte: Secretaria Regional de Desenvolvimento de Rio do Sul, 2006.

Figura 1. Municípios que compõem a SDR de Rio do Sul.

A evolução das atividades econômicas, representadas aqui pelo crescimento do PIB, revela que a maioria dos municípios apresentou evolução positiva para período entre 1985 e 2000. Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, abaixo, os municípios de Laurentino e Taió tiveram uma queda no PIB em 1996 em relação a 1985, passando de R\$ 24.706,95 em 1985, para R\$ 19.114,32 em 1996, e de R\$ 86.605,32 em 1985, para R\$ 75.583,84 em 1996, respectivamente. Esta redução pode estar associada a fatores como o desmembramento de parte do território para formação de novos municípios, ou perda da capacidade produtiva em razão do aumento da competição no mercado nacional.

Outro aspecto que chama atenção é a queda do PIB do município de Trombudo Central entre 1996 e 2000, passando de R\$ 72.508,74 para 58.490,60. Inicialmente não existe uma explicação visível para o fato, merecendo uma investigação mais detalhada. Já a queda apresentada pelo município de Santa Terezinha pode estar associada a perda da dinâmica produtiva no setor agropecuário, especialmente em atividades ligadas ao extrativismo da madeira. Os demais municípios apresentaram crescimento positivo do PIB, alguns com maior intensidade, outros menor.

Tabela 1. Produto interno bruto municipal, 1985, 1996 e 2000 (em %).

Município	1985	1996	2000
	PIB TOTAL (em mil. de R\$)*	PIB TOTAL (em mil. de R\$)*	PIB TOTAL (em mil. de R\$)*
Agronômica	13.812,63	16.153,75	30.125,78
Braço do Trombudo	n.d	17.037,03	43.152,38
Laurentino	24.706,95	19.114,32	37.260,65
Mirim Doce	n.d	11.580,21	16.624,35
Pouso Redondo	35.602,11	36.278,63	67.100,34
Rio do Campo	22.149,50	26.276,07	33.555,74
Rio do Oeste	28.181,89	28.236,09	42.796,01
Rio do Sul	289.127,65	332.865,92	367.085,54
Salete	28.984,40	34.610,38	42.261,49
Santa Terezinha	n.d	44.559,15	40.485,99
Taió	86.605,32	75.583,84	101.386,97
Trombudo Central	54.698,99	72.508,74	58.490,60

Fonte: IPEADATA, 2007

Nota 1: * PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB

Nota 2: n.d.: informação não disponível

A oscilação na evolução do PIB total pode estar relacionada às atividades econômicas realizadas no município. Aqueles que possuem maior intensidade na formação do produto no setor industrial e no setor de serviços, tendem a apresentar um resultado melhor em termos de consolidação do produto interno bruto.

Dados da evolução do valor adicionado setorial, entre 1985 e 2000, dão conta de que a economia de muitos municípios está fortemente respalda pelo setor agropecuário, como é o caso dos municípios de Agronômica, Mirim Doce, Rio do Campo, Rio do Oeste e Santa Terezinha. Já os municípios que permaneceram com forte pujança no setor industrial foram: Pouso Redondo, Rio do Sul, Salete, Taió e Trombudo Central. O município de Laurentino apresentou uma inversão setorial na produção de valor adicionado. Em 1985, 53% do total produzido concentrava-se no setor agropecuário. Já em 2000, 47,56% do total do valor adicionado estava concentrado no setor industrial (Tabela 1).

Tabela 2. Evolução setorial do valor adicionado municipal, 1985, 1996 e 2000 (em %).

Município	1985			1996			2000		
	Indústria (em %)	Serviço (em %)	Agropec (em %)	Indústria (em %)	Serviços (em %)	Agropec. (em %)	Indústria (em %)	Serviços (em %)	Agropec. (em %)
Agronômica	16,36	26,06	57,58	11,07	31,94	56,99	27,61	25,52	40,65
Braço Trombudo	n.d	n.d	n.d	50,97	24,85	24,18	32,29	16,27	10,41
Laurentino	20,97	26,03	53,00	28,91	36,15	34,93	47,56	28,36	21,03
Mirim Doce	n.d	n.d	n.d	15,84	31,30	52,86	12,51	33,78	53,22
Pouso Redondo	29,48	27,76	42,77	17,30	32,33	50,37	37,41	32,85	27,72
Rio do Campo	16,76	35,09	48,15	13,68	20,95	65,37	23,96	31,57	44,56
Rio do Oeste	15,28	31,71	53,01	16,23	24,88	58,89	28,19	29,03	39,84
Rio do Sul	37,76	58,25	3,99	36,57	60,23	3,21	45,88	44,89	2,15
Salete	43,02	24,54	32,44	37,44	23,09	39,47	34,95	31,70	31,93
Santa Terezinha	n.d	n.d	n.d	0,86	10,57	88,57	3,23	26,36	70,23
Taió	37,71	30,35	31,94	18,95	41,97	39,08	23,14	32,57	33,35
Trombudo Central	58,93	19,78	21,30	76,45	14,25	9,29	51,99	24,10	15,06

Fonte dos dados brutos: IPEADATA, 2007

Nota 1: n.d.: dados não disponíveis.

A concentração das atividades econômicas em determinados setores reflete diretamente na distribuição da população rural e urbana dos municípios, bem como colabora para a evasão ou aumento do número de habitantes. A Tabela 3 a seguir demonstra os movimentos populacionais para os anos de 1991 e 2000.

Tabela 3. Distribuição da população municipal, 1991 e 2000.

Município	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop rural
	1991	1991	1991	2000	2000	2000
Agronômica	4.317	701	3.616	4.257	872	3.385
Braço do Trombudo	2.114	910	1.204	3.187	1.622	1.565
Laurentino	5.661	2.288	3.373	5.062	3.238	1.824
Mirim Doce	3.908	895	3.013	2.753	1.158	1.595
Pouso Redondo	12.244	4.368	7.876	12.203	6.368	5.835
Rio do Campo	6.998	1.807	5.191	6.522	2.288	4.234
Rio do Oeste	5.850	1.935	3.915	6.730	2.626	4.104
Rio do Sul	45.651	42.766	2.885	51.650	48.418	3.232
Salete	8.080	3.176	4.904	7.163	4.583	2.580
Santa Terezinha	8.616	418	8.198	8.840	1.142	7.698
Taió	13.204	6.938	6.266	16.257	7.887	8.370
Trombudo Central	5.375	2.870	2.505	5.795	3.154	2.641

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD, 2007.

Conforme observa-se na tabela, em 1991, apenas os municípios de Rio do Sul, Taió e Trombudo Central é que apresentavam maior concentração populacional na área urbana. Os demais possuíam maioria habitando na zona rural. Esse quadro mudou em 2000. Neste ano a grande maioria dos municípios da região apresentou um aumento da urbanização. Permaneceram com alto índice de pessoas morando na área rural os municípios de Agronômica, Mirim Doce, Rio do Campo, Rio do Oeste, Taió e Santa Terezinha. Com exceção de Taió, os demais municípios são aqueles que mantêm a economia fortemente pautada no setor agropecuário.

As informações iniciais acerca das características da economia e da população regional apontam alguns indícios relativos à evolução econômica e social. No entanto, não são suficientes para qualificar o crescimento econômico e social. Para tanto, serão apresentados outros aspectos relativos à evolução econômica e social.

5.1 Aspectos econômicos

A evolução do PIB total, conforme visualizado na Tabela 1, demonstra que houve crescimento econômico regional, com exceção dos municípios de Santa Terezinha e Trombudo Central. Esse crescimento econômico está associado ao crescimento das atividades industriais e das atividades de serviços.

Em termos de distribuição do produto gerado ao longo dos anos estudados, percebe-se através da Tabela 4 que a renda *per capita* se elevou em todos os municípios. Isso significa que o crescimento do PIB acompanhou o crescimento da população regional. Em 1991, a menor renda *per capita* estava situada no município de Santa Terezinha (R\$ 85,71), e a maior renda *per capita* foi registrada em Rio do Sul (R\$ 271,78). Em 2000, o panorama permanecia o mesmo. O destaque em termos de melhoria

na distribuição de renda foi o município de Laurentino que em 10 anos praticamente dobrou a renda por pessoa, passando de R\$ 173,90 em 1991, para R\$ 323,85 em 2000.

Tabela 4. Evolução do PIB per capita municipal e concentração de renda, 1991 e 2000.

Município	PIB Per Capita, 1991	PIB Per Capita, 2000	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000
Agronômica	151,79	267,32	0,51	0,46
Braço do Trombudo	148,06	237,04	0,49	0,45
Laurentino	173,92	323,85	0,46	0,50
Mirim Doce	163,41	288,51	0,57	0,57
Pouso Redondo	145,25	233,87	0,56	0,50
Rio do Campo	137,45	224,74	0,53	0,51
Rio do Oeste	175,84	279,56	0,54	0,45
Rio do Sul	271,78	391,61	0,49	0,51
Salete	147,25	232,81	0,50	0,51
Santa Terezinha	85,71	157,00	0,44	0,62
Taió	189,21	289,79	0,53	0,54
Trombudo Central	196,62	276,11	0,53	0,50

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2007

Cabe ressaltar que o crescimento do PIB per capita municipal nem sempre veio acompanhado por melhoria na distribuição de renda. Este fato pode ser constatado quando se analisa o Índice de Gini. É interessante destacar que o município de Laurentino aumentou a concentração da renda, mesmo tendo apresentado a maior evolução da renda *per capita*, passando de 0,46 em 1991, para 0,50 em 2000. Rio do Sul, Salete e Taió também apresentaram aumento da concentração de renda. O caso mais proeminente é o município de Santa Terezinha, onde se constata a pior renda *per capita* e a maior evolução da concentração da renda, passando de 0,44 em 1991, para 0,62 em 2000. Tal aspecto reflete o decréscimo nas atividades econômicas aliado ao fato de que houve crescimento populacional no mesmo período.

5.2 Aspectos sociais

Conforme citado anteriormente os aspectos econômicos são importantes para o processo de desenvolvimento, mas é preciso verificar se o crescimento econômico está sendo acompanhado de melhorias nos fatores distributivos e na qualidade de vida das pessoas. Como medida de desigualdade utilizou-se o índice de Gini com o objetivo de se verificar o grau de concentração da renda, onde se percebeu que os valores da região estavam entre 0,44 e 0,57 para o ano de 1991, e que em 2000, esse indicador teve relativo aumento em certos municípios, ficando no intervalo de 0,45 a 0,62.

Para verificar melhorias na qualidade de vida apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH geral e seu desdobramento nos subíndices de Renda, Educação e Longevidade.

Através da Tabela 5, observa-se que em 1991 a região estudada encontra-se classificada no patamar de médio desenvolvimento humano, sendo que o pior índice é registrado em Santa Terezinha (0,653), e o melhor índice é observado em Rio do Sul (0,760). Esta situação muda para o ano de 2000. Neste período, os municípios de Agronômica, Laurentino, Rio do Sul, Salete, Taió e Trombudo Central alcançaram o patamar de alto desenvolvimento humano, enquanto os demais permaneceram na posição de médio desenvolvimento humano, porém, com números superiores àqueles registrados em 1991.

Salienta-se que, considerando que no ano de 1991 todos os municípios estavam no intervalo de médio desenvolvimento humano e em 2000 muitos deles elevaram suas posições, denota-se, portanto, um salto qualitativo alcançado por alguns municípios na década em estudo.

Tabela 5. Índice de desenvolvimento humano, 1991 e 2000.

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Agronômica	0,715	0,811
Braço do Trombudo	0,706	0,799
Laurentino	0,737	0,825
Mirim Doce	0,709	0,790
Pouso Redondo	0,701	0,786
Rio do Campo	0,720	0,797
Rio do Oeste	0,728	0,799
Rio do Sul	0,760	0,827
Salete	0,718	0,800
Santa Terezinha	0,653	0,738
Taió	0,723	0,809
Trombudo Central	0,743	0,818

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, 2007.

Este salto qualitativo pode ser observado através dos subindicadores de desenvolvimento humano apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Índices de desenvolvimento humano municipal de renda, de longevidade e de educação, 1991 e 2000.

Município	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM- Longevidade 1991	IDHM- Longevidade 2000	IDHM- Educação, 1991	IDHM- Educação, 2000
Agronômica	0,611	0,706	0,779	0,850	0,754	0,878
Braço do Trombudo	0,607	0,686	0,761	0,844	0,749	0,868
Laurentino	0,634	0,738	0,779	0,850	0,798	0,887
Mirim Doce	0,623	0,718	0,756	0,796	0,747	0,855
Pouso Redondo	0,604	0,683	0,720	0,824	0,780	0,851
Rio do Campo	0,595	0,677	0,803	0,850	0,762	0,863
Rio do Oeste	0,636	0,713	0,761	0,805	0,787	0,880
Rio do Sul	0,708	0,769	0,735	0,798	0,837	0,915
Salete	0,606	0,683	0,755	0,837	0,792	0,881
Santa Terezinha	0,516	0,617	0,720	0,761	0,724	0,837
Taió	0,648	0,719	0,733	0,813	0,789	0,894
Trombudo Central	0,654	0,711	0,780	0,850	0,794	0,892

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2007.

Alguns aspectos importantes são revelados pelos dados apresentados na tabela:

1. A melhoria na qualidade de vida da população de Agronômica decorreu, principalmente, pela elevação dos índices de longevidade e de educação. Esta mesma observação é válida para os municípios de Laurentino, Salete, Taió e Trombudo Central;
2. O município de Rio do Sul alcançou o patamar de alto desenvolvimento humano puxado, essencialmente, por uma forte melhora no índice de educação;
3. Para o índice de renda é possível denotar que houve evolução positiva entre 1991 e 2000, no entanto, esta não foi tão significativa. Se o peso desse indicador fosse maior no cálculo do IDH, os municípios da região tenderiam a apresentar médio desenvolvimento humano;
4. Todos os municípios da SDR de Rio do Sul melhoraram seus indicadores de longevidade, no entanto, Mirim Doce, Rio do Sul, e Santa Terezinha permaneceram em estágio de médio desenvolvimento;
5. Por fim, para o indicador de educação percebeu-se uma evolução generalizada, elevando todos os municípios da região ao patamar de alto desenvolvimento educacional.

Estas constatações remetem a algumas reflexões. A primeira delas refere-se ao fato de que a região vem apresentando um crescimento econômico, mas que não está causando impacto significativo na elevação da renda das pessoas. Apesar da renda *per capita* ter aumentado, ela não chega a um patamar de alto desenvolvimento.

A segunda diz respeito à elevação da qualidade de vida em termos do indicador de saúde, medido pela longevidade, e em termos de indicador de educação, representado

pelas matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior. O aumento desses indicadores sempre é positivo, pois representa melhorias nas condições de saúde, e maior acessibilidade à educação por parte da população, no entanto, não significa ensino de qualidade, muito menos eficiência no sistema de saúde.

É fundamental que todos os municípios alcancem estágios avançados de desenvolvimento, no entanto, tão importante quanto é que esse desenvolvimento seja pautado em qualidade e eficiência permanente dos fatores que compõem os índices estudados.

6 Conclusão

Tomando-se por base a idéia de que o crescimento econômico ocasiona mudanças estruturais quantitativas e qualitativas na sociedade, mudanças estas que podem ser traduzidas como desenvolvimento econômico, esta pesquisa teve por objetivo buscar subsídios que refletissem essa condição pressuposta pela literatura na região da SDR de Rio do Sul.

A revisão teórica permitiu explorar o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, conceito este que em última instância torna-se sinônimo de desenvolvimento humano. Através do levantamento de dados foi possível comparar os indicadores de desenvolvimento humano para os anos de 1991 e 2000, com o desempenho econômico dos municípios, este último representado pelos indicadores de produção (PIB) e pelo valor adicionado setorial.

Os principais resultados apurados denotam que o crescimento do produto acompanhou o crescimento populacional, exceto para o município de Santa Terezinha. Fato que pode ser a explicação para outra situação constatada: o crescimento da renda *per capita* não foi suficiente para elevar o subíndice de Desenvolvimento Humano de Renda para um patamar superior a 0,800, isto é, para a condição de alto desenvolvimento no quesito renda.

No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano em si, percebeu-se que houve uma evolução regional. Os municípios de Agronômica, Laurentino, Rio do Sul, Salete, Taió e Trombudo Central passaram de médio desenvolvimento humano para alto desenvolvimento humano no final da década de 90. Esta melhoria esteve, principalmente, assentada no crescimento dos subindicadores de longevidade e de educação.

Ao término desta pesquisa, pode-se concluir que a região da SDR de Rio do Sul, ao longo da década de 90, apresentou crescimento econômico que por sua vez refletiu positivamente nas questões sociais. No entanto, existe um longo caminho a ser percorrido, uma vez que, até então, metade dos municípios não havia alcançado um padrão alto de IDH. E aqueles que conquistaram tal posição, apresentavam bases frágeis para a continuidade do processo.

7 Referências

- BRASIL. Ministério do Planejamento. IPEADATA. **Dados regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 de novembro de 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Copyright, 1998.
- DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, Y. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. (“Dynamique de la recherche em sciences sociales”). Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- FEIJÓ, C. A. *et al.* **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5,n.2, p.37-48, maio/ago.2002.
- PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO -PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO -PNUD. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: outubro e novembro de 2007.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 11ª edição. São Paulo: Best Seller, 2002. 649p.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Estatísticas municipais**. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br>. Acesso realizado em: 23 de outubro de 2007.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. **Municípios (2003)**. Disponível em <http://www.sc.gov.br/sdr/riodosul>. Acesso realizado em: 14 de março de 2006.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. 1ª ed. (1987), 16ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2007, 176p.
- VASCONCELLOS, M.A.; GARCIA, M.E. **Fundamentos de economia**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our Common Future**. Oxford University Press, Oxford, ,1987.